

Documento de Trabalho

A SOCIEDADE CIVIL NO DEBATE ANGOLANO: PROTAGONISTAS E POSIÇÕES¹

Patrícia Magalhães Ferreira

INTRODUÇÃO

A sociedade civil Angolana, actualmente organizada em algumas dezenas de organizações, tem vindo reconhecidamente a desenvolver diversas iniciativas de paz e a reforçar cada vez mais o seu peso ao nível do debate sobre o conflito angolano e suas perspectivas de resolução. Apesar de o movimento da sociedade civil ser ainda fraco e uma experiência muito nova em Angola, nos últimos anos temos assistido a um alargamento das iniciativas, quer espacialmente (com a realização de acções concretas visando uma cultura de paz e educação cívica no interior e em diversas províncias/comunidades), quer em termos do número de acções e de organizações intervenientes.

Neste sentido, destaca-se a formação de plataformas e redes de ONG e de organizações cívicas ou religiosas unidas em torno de um objectivo comum: o de sensibilizar e pressionar as pessoas e instituições com poder de decisão, no sentido de dar passos concretos para a prossecução de uma solução negociada e duradoura para o conflito angolano. As rivalidades entre associações ou entre igrejas (católica e protestante, p.ex.) tendem a passar para um segundo plano face à urgência de se atingir a paz. A importância destas iniciativas é cada vez mais reforçada pelo facto de serem vistas como actores “imparciais” (nomeadamente as igrejas) pelos dois beligerantes, bem como pelo eco que têm junto da população em geral. A igreja é mesmo a única instituição que sobreviveu ilesa numa sociedade desintegrada e que, reflectindo preocupações humanitárias e sendo uma força social importante no país, está melhor posicionada para ter um papel preponderante em impulsionar as pessoas em geral a manifestarem a sua vontade de paz e descontentamento pelo monopólio que o MPLA e a UNITA reivindicam neste processo.

¹ As organizações aqui apresentadas não pretendem de forma alguma representar a totalidade da sociedade civil Angolana e foram seleccionadas por constituírem um universo fulcral no actual estágio do processo de paz em curso e porque congregam igualmente à sua volta os principais actores nesse processo. Para informação adicional, consultar a Rede da Sociedade Civil Angolana: www.angonet.org.

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS DE PAZ

As igrejas começaram a falar sobre as questões dos direitos humanos a partir de 1989, ano em que os bispos da Igreja católica publicaram uma carta apelando aos beligerantes para pararem a guerra e realizarem eleições livres. As congregações de igrejas desenvolveram-se durante a década de 90, apesar da hostilidade do regime angolano em aceitar um envolvimento destas instituições na “política”.

Uma iniciativa conjunta do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) e da Aliança Evangélica de Angola (AEA) resultou em 1995 na primeira Reunião de Igrejas Cristãs, com cerca de quatro centenas de participantes (nenhum da UNITA), a qual terminou com um apelo a uma implementação rápida e efectiva dos Acordos de Lusaka. Estas duas organizações começaram também a produzir regularmente programas de rádio e a realizarem reuniões comunais para promoverem os direitos dos cidadãos, a democracia e a reconciliação. Em Julho de 1998, promoveram um encontro em que 40 mil angolanos se reuniram para rezarem pela paz, tendo sido publicada uma declaração em nome da Aliança Ecléctica – EDICA, apelando para que todas as partes interessadas reforçassem a sua acção para evitar o ressurgimento da guerra e acabar com as violações dos direitos humanos.

Desde que o país regressou ao conflito armado em 1999, as igrejas têm sido mais arrojadas nos seus apelos e iniciativas para a paz, com a multiplicação de declarações e cartas pastorais em que se afirma um distanciamento entre a vontade popular e os interesses dos beligerantes. O dia 14 de Março foi declarado Dia nacional da Reconciliação, apelando-se a que este movimento para a paz se alargasse também a outros quadrantes da sociedade, nomeadamente políticos, por forma a criar uma nova mentalidade que valorize a paz como bem essencial.

A 2 de Abril de 1999, Daniel Ntoni Nzinga (pastor evangélico da American Friends Society), Filomeno Vieira Lopes (académico), Francisco Tunga Alberto (do Fórum das ONG - FONGA), Rafael Marques (da Open Society Foundation) e Carlinhos Zassala publicaram uma carta aberta – “Paz pela Via do Diálogo” - em 4 jornais de Luanda, denominando-se o Grupo Angolano de Reflexão para a Paz.

Numa Declaração publicada a 27 de Julho de 1999, os bispos da Igreja Católica repreenderam fortemente o governo e a UNITA pelos ataques indiscriminados contra a população civil e trabalhadores da assistência humanitária, bem como aqueles que a partir do exterior contribuem para a perpetuação do conflito através do fornecimento de armas.

Em Agosto, uma outra iniciativa lançada por 60 ONG e membros de Igrejas, agrupadas no Grupo Angolano para a Promoção da Cultura da Paz (GAP), resultou no apelo à constituição de uma comissão interna de mediação que negociasse o fim da guerra civil

Uma das iniciativas com maior participação e impacto foi a realização de um Congresso convocado pelo **Movimento Pro-Pace**, uma instituição criada pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e presidida pelo Bispo do Uíge, Dom

Francisco da Mata Mourisca, tendo como título geral “a democracia e a paz”. Conseguiu reunir de 18 a 21 de Julho de 2000 mais de 200 delegados da sociedade civil (ONG, igrejas e personalidades), representantes do regime angolano e das oposições partidárias, em torno de uma agenda temática diversificada dirigida para a promoção da reconciliação entre os angolanos. A iniciativa apresentou nas suas conclusões vários apelos: à cessação imediata das hostilidades, à declaração oficial de perdão mútuo com amnistia extensiva a todos os militares e políticos, à definição de uma agenda com assuntos concretos e essenciais para a negociação entre os beligerantes, à criação de condições para a realização de eleições, e à descentralização do poder. Apesar da iniciativa não ter suscitado grandes reacções das duas partes em conflito, a sua realização alertou para a emergência de uma nova voz que exige um novo quadro negocial e a participação efectiva do povo na gestão do futuro do país. Este é um avanço significativo, uma vez que até agora qualquer menção à paz através do diálogo era encarada como um desafio directo às políticas do governo angolano.

Esta acção, juntamente com outras no mesmo período, como a realização das **primeiras jornadas parlamentares da oposição**² no início de Agosto de 2000, ou a formação da **Frente Unida para a Mudança** (com a participação de 17 partidos políticos), vieram revelar um maior dinamismo na sociedade Angolana face à necessidade de encontrar um caminho para a paz e de criar uma oposição forte e credível como parte integrante de um processo de democratização progressiva da vida política.

As actividades intensificaram-se ao longo de **2001**, todas com o objectivo de forjar uma “unidade de pensamento”, um consenso nos mais diversos sectores da sociedade, que pressione os beligerantes a alterar a sua atitude de intransigência.

Em 4 de Abril, foi formado oficialmente no dia 4 de Abril de 2001, **Amplio Movimento dos Cidadãos (AMC)**, que engloba cerca de duas centenas de personalidades dos mais variados quadrantes e profissões, da vida política, associativa, sindical, das Artes e Letras, estudantes, jornalistas e académicos. O AMC simboliza um exemplo de unidade sem precedentes no contexto sócio-político angolano, reunindo vários quadrantes de opinião numa plataforma de entendimento relativamente a questões essenciais para a construção da paz em Angola, sem fins partidários. O movimento defende uma nova perspectiva para resolver o conflito, tanto no que respeita à forma de abordagem quanto às soluções práticas, situando a questão da cidadania como elemento central do esforço de “pensar Angola” e de todas as reformas necessárias.

Em Junho, milhares de crianças desfilaram em Luanda, exigindo o respeito pelos seus direitos e pelando, em particular, ao fim do uso de crianças no conflito. Em Agosto, a Igreja decretou um mês de oração por um cessar-fogo.

Em 22 de Setembro, foi criada a **Rede para a Paz**, que se espera vir a coordenar as organizações cívicas envolvidas em acções de paz. Esta rede, para além de ter iniciado contactos com outras ONG e partidos políticos, promoveu já diversas iniciativas, como a

² Nestas jornadas participaram o Partido da Renovação Social, a FNLA, o Partido Liberal Democrático, o Partido Democrático para o Progresso – Aliança Nacional Angolana, Partido da Aliança Juventude, Operários e Camponeses, e a Frente para a Democracia.

realização de palestras sobre temas ligados à resolução do conflito na União de Escritores angolanos. Esta rede foi lançada a partir de um encontro de organizações da Sociedade Civil em Julho de 2001³, com o objectivo de clarificar os objectivos do movimento da paz, traçar um plano de acção conjunto com atribuição de responsabilidades a cada organização e estruturas a rede de paz. Os participantes optaram por um conceito de paz que não signifique apenas “a ausência de guerra”, mas antes uma pacificação de espíritos com garantias de justiça social e assente numa verdadeira reconciliação nacional. Consideraram que o movimento de paz tem dado passos decisivos, colocando no centro das preocupações dos angolanos a paz pela via do diálogo, mas que é necessário intensificar as acções no sentido de conquistar um espaço de intervenção próprio e o estatuto de mediador interno no conflito. Assim, os participantes resolveram engajar as suas organizações no estabelecimento duma rede da Paz por forma a cooperarem mais estreitamente nas tarefas de reflexão sobre as soluções para o conflito e gestão/monitoria do processo de paz, tendo definido a linha de intervenção estratégica e o código de conduta que regerá a actividade associada dos membros da rede.

No final do mesmo mês, o **Movimento Pro-Pace da Igreja Católica e a Open Society Initiative for Southern Africa** (representada em Luanda pelo jornalista angolano Rafael Marques) lançaram outra campanha para terminar com o conflito, incluindo um “referendo informal” na capital onde se perguntava às pessoas se preferiam a paz ou a guerra. Esta campanha originou inicialmente uma resposta negativa por parte do Governo (a televisão estatal descreveu-a como uma iniciativa da oposição), mas posteriormente o Ministro do Interior veio reconhecer que todas as iniciativas que promovessem uma cultura de tolerância entre os cidadãos são bem vindas, o que ilustra o peso social da Igreja Católica em Angola.

Ainda em Setembro, as autoridades tradicionais Angolanas reuniram-se durante três dias, no primeiro encontro alargado de soberanos tradicionais⁴, para exigirem um papel mais activo na prossecução da paz.

Em Abril do presente ano, várias organizações da sociedade civil congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento entre as Forças Armadas Angolanas e as Forças Militares da Unita, não descurando nos seus comunicados a necessidade de estabelecimento de uma plataforma interna de diálogo, com a participação construtiva das várias formações políticas e cívicas no processo de reconciliação nacional, e apelando à ajuda da comunidade internacional para a reconstrução do país. Prevê-se, assim, que as acções da sociedade civil, em particular das Igrejas, ganhem ainda maior importância e destaque neste período de pós-conflito, quer através da luta pela reconstrução e melhoria das condições de vida dos angolanos, quer através de pressões no sentido de uma transição democrática efectiva.

³ As Organizações da sociedade civil - COIEPA, FONGA, GAP, GARP, Sanzala Nova, Mensageiros da Paz, JPD, MPD, FAAT, AMC, Centro Martin Luther King, Construção da Paz, LiJua JUBILEU 2000 Angola, ALSSA e Angola 2000 - reuniram-se nos dias 27, 28 e 30 de Julho no Centro Interdenominacional da Aliança Evangélica de Angola AEA, sob impulso do COIEPA. Contribuíram também para esta iniciativa o Programa Construção da Paz do Development Workshop e a Fundação Freidrich Ebert.

⁴ Destacam-se os chefes tradicionais do Bailundo e da Lunda, respectivamente Ekuikui IV e Muachissengue.

2. IGREJAS

Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola (COIEPA)

Secretário Executivo e Coordenador do Grupo Angolano de Reflexão para a Paz: Daniel Ntoni Nzinga⁵ / Presidente: D. Zacarias Kamuenho⁶

Foi fundado no final de 1999, integrando adeptos das igrejas e cidadãos da sociedade civil com o objectivo de unir esforços, utilizando as redes e possibilidades da igreja, para maior empenho na luta pelo fim da guerra em Angola. Serve como órgão consultivo e de coordenação a nível nacional da contribuição da Igreja no processo de paz. Só foi oficializado em 24 de Outubro de 2000.

É hoje a organização mais poderosa e amplamente reconhecida do movimento pacifista, integrando membros da igreja católica, igrejas protestantes e evangélicas. Constitui actualmente o órgão ecuménico consultivo e de coordenação da contribuição da Igreja na busca da Paz em Angola, englobando a Aliança Evangélica de Angola (AEA), a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) e o Conselho de Igrejas Cristas em Angola (CICA). Ao nível da liderança, D. Zacarias Kamuenho tem aceitação mais fácil junto da UNITA em parte devido à sua origem (Bailundo)⁷, enquanto o Rev. Nzinga (do Uíge) é encarado mais favoravelmente pelas entidades governamentais e das Nações Unidas.

O objectivo da organização é desenvolver os esforços já em curso na busca da paz através de consultas com todas as organizações da sociedade Angolana, Partidos políticos, Governo, Organizações sociais bem como Instituições nacionais e internacionais interessadas na paz em Angola. Engloba três programas principais: Iniciativas de Diálogo e Educação para a Paz (IDEP); Iniciativas de Monitoria para a Edificação da Paz (IMEP); e Serviços de Informação e Documentação (SID). Tem desenvolvido uma acção importante também no exterior, com a realização de diversas missões para sensibilização das instituições internacionais (nomeadamente europeias) e para reuniões com representantes dos dois beligerantes no exterior. Ao nível interno, estão-lhe associados o Movimento Pro-Pace da igreja católica (presidido pelo Bispo do Uíge, D. Francisco da Mata Mourisca) e o Grupo Angolano de Reflexão para a Paz (GARP).

Os líderes desta organização têm estado envolvidos em contactos exploratórios para fazer avançar o processo de paz, em coordenação com ao escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA). No entanto, apesar de a igreja católica ter subjacente nas suas acções a intenção de mediar o processo de paz (por decalque do modelo moçambicano), a ONU prefere que as igrejas assumam apenas o papel de “facilitadores” do diálogo, uma vez que existem mediadores institucionalizados.

⁵ antigo secretário do CICA (Conselho das Igrejas Cristãs de Angola)

⁶ Bispo do Lubango e também presidente da CEAST (Conferência Episcopal de Angola e São Tomé)

⁷ D. Kamuenho não é hostilizado pelo Governo Angolano, mas são referenciadas amiúde as suas ligações à Igreja Católica portuguesa e às iniciativas de paz para Angola ensaiadas por Mário Soares e Maria Barroso.

Conferência Episcopal para Angola e São Tomé (CEAST)

Presidente: D. Zacarias Kamuenho

A CEAST foi das primeiras organizações a impulsionar uma participação mais activa da Igreja católica na resolução pacífica do conflito angolano, através do seu Movimento Pro-Pace, responsável pela organização da Conferência “Democracia e Paz” que conseguiu reunir em Julho de 2000 mais de duas centenas de participantes para a discussão de temas relacionados com a promoção da reconciliação entre os angolanos.

D. Zacarias Kamuenho, presidente da CEAST e do COIEPA, do Conselho de Bispos católicos e Arcebispo do Lubango, recebeu em 18 de Outubro de 2001 o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu⁸, pelos seus esforços ao serviço da promoção e restauração da paz, democracia e respeito pelos direitos humanos em Angola. É hoje o rosto mais visível do movimento pacifista angolano dentro e fora do país.

Acção das Igrejas em Angola (AIA)

Fundada em 1994, é um consórcio de Igrejas Cristãs e ONG Angolanas e Agências Cristãs Europeias, com vista a dar um apoio efectivo e coordenado aos programas de emergência, reabilitação e desenvolvimento de longo prazo em Angola. A sua acção é desenvolvida junto das organizações locais, com diversos objectivos, nomeadamente: o fortalecimento dos mecanismos de avaliação e qualidade dos relatórios narrativos e financeiros de execução dos projectos; a promoção da coordenação e colaboração entre Igrejas/ONF locais e Agências Internacionais envolvidas em programas de emergência e desenvolvimento em Angola; melhorar a circulação de informação e comunicação entre parceiros angolanos e nórdicos; promover o apoio institucional a favor dos parceiros locais por forma a reforçar a sua coordenação e capacidades.

São membros efectivos: de Angola, a Aliança das ACM de Angola, a ADRA, a AEA, o CICA, o Development Workshop, o FONGA, a Igreja Evangélica Baptista de Angola, a Igreja Evangélica Congregacional de Angola, a Igreja Evangélica Reformada de Angola, a Igreja Kimbanguista em Angola e a Federação Luterana Mundial/WS Programa Angola. Os doadores são organizações nórdicas, como a Christian Aid (UK), a Danchurch Aid (Dinamarca), a Diakonisches Werk (Alemanha), a Norwegian Church Aid (Noruega), a Dutch Interchurch Aid e o ICCO (Holanda).

⁸ Entre os galardoados com este prémio contam-se Nelson Mandela e Xanana Gusmão.

Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA)

Secretário-Geral: Francisco Bernardo Neto

Aliança Evangélica de Angola (AEA)

Secretário-Geral: Rev. Octávio Fernando

A CICA e a AEA são as duas maiores organizações religiosas protestantes de Angola, as quais, para além das acções de desenvolvimento comunitário, têm vindo a promover iniciativas diversas para a promoção da paz, nomeadamente reuniões e seminários para sensibilização e discussão de questões ligadas à reconciliação nacional.

Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA)

Secretário Geral: José Belo Chipenda

A IECA é a segunda Igreja Evangélica mais antiga em Angola. Fundada em 1880, estende-se hoje em todo o País. A maior parte dos seus membros (cerca de 300.000) estão concentrados nas províncias de Luanda, Bié, Huambo, Benguela, Huila, Kwanza Sul, Namibe, Moxico, Lunda Sul e Cabinda. É uma Igreja Missionária com uma forte consciência social e ecuménica. Em cooperação com a Igreja Metodista Unida prepara os seus Pastores no Seminário Emanuel Unido no Huambo. É membro do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), Conferência das Igrejas de Toda a África (CITA), Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (AMIR). Os dois principais programas o DASEP (Departamento de Assistência Social, Estudos e Projectos) com sede em Luanda e o projecto PADURA (Paz Durável para Angola) com Sede no Lobito.

De entre as iniciativas promovidas, destaca-se a Convenção Nacional da Juventude (21 a 25 de Agosto 2000), na qual se discutiu, entre outras matérias, a participação da juventude na promoção da cultura de paz, tendo participado 155 delegados jovens em representação das sociedades juvenis da I.E.C.A, Organizações Religiosas (IESA, ISTE, SEU, GBECA, Adventista do 7º dia, Baptista, IEU-CA Igreja Católica, Igreja Apostólica Africana, Conselho das Igrejas Cristãs em Angola-CICA), Partidos políticos (JMPLA, JURA, JFNLA, JFPD, JPRD, JPLD) e organizações não governamentais da sociedade civil Angolana, ADPP, Cruz vermelha de Angola, Ministério da Juventude e Desportos, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Ministério da Educação, e o INAC.

Para além disso, a organização tem actuado ao nível provincial na formação de “Onjangos de Paz” através da promoção de diversos seminários.

3. ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONG)

3.1 Evolução e Caracterização

A formação de Organizações não Governamentais em Angola foi durante muito tempo condicionada pela actuação governamental, com excepção do desenvolvimento de organizações religiosas, tais como a Caritas Angola ou o Conselho Angolano de Igrejas Evangélicas de Angola. A primeira ONG não religiosa foi formada em 1989 com o patrocínio da elite política do MPLA: a Acção Angolana de Desenvolvimento, que se tornou rapidamente um canal privilegiado da ajuda proveniente dos países nórdicos, dominando durante vários anos o mundo das ONG em Angola.

Foi com os Acordos de Bicesse que o governo aprovou legislação de reconhecimento de uma série de direitos (como a liberdade de associação ou de imprensa), que vieram permitir um crescimento considerável das ONG Angolanas, incluindo grupos de bairro, organizações de artes e ofícios, associações de mulheres e organizações de caridade. Em 1991, existiam já duas redes de coordenação de ONG – o FONGA (Fórum de ONG Angolanas) e o CONGA (Comité de ONG em Angola, que aceitava também a associação de ONG internacionais).

No entanto, a fragilidade da sociedade civil angolana em geral e das ONG em particular, bem como a sua heterogeneidade em termos culturais, políticos, ideológicos e religiosos, não permite ainda que haja um entendimento comum que permita falar a uma só voz relativamente às questões da paz e da reconciliação. O movimento está fortemente influenciado, quer pelo mundo da política e do Estado angolano, quer pelas várias correntes externas que veiculam influências: religiosa (nas suas várias vertentes), humanista, humanitária, ambientalista, desenvolvimentista, etc.

A perpetuação da guerra durante décadas conduziu a que a maioria das ONG angolanas se orientasse para a assistência de emergência e/ou humanitária, quer pela premência das necessidades imediatas da população, quer pela maior facilidade em obter financiamentos.

Em termos da liberdade de associação e assembleia, embora estas estejam consagradas em termos constitucionais, continua a existir uma tentativa de controlo governamental sobre ambas, através da rede de segurança interna (o chamado Serviço de Informação – Sinfo).

As organizações angolanas enfrentam, assim, uma série de desafios que incluem muitas vezes o acesso a recursos, a exclusão política, a falta de conhecimento dos seus direitos mais elementares e a falta de transparência do processo político.

No entanto, e apesar de muitas destas associações terem uma fraca capacidade institucional e falta de experiência na gestão de projectos e na elaboração de propostas para angariação de fundos, elas podem desempenhar uma função importante na melhoria do nível de vida dos que vivem na sua comunidade e no que respeita à consciencialização para a paz, tendo várias delas programas cívicos e educativos. Algumas das ONG angolanas mais bem estabelecidas estão também já numa posição de oferecer apoio e formação às mais novas. A este propósito, é importante referir as iniciativas de associação e interligação entre ONG que alguns projectos preconizam, como é o caso do FONGA (ver abaixo) ou do Projecto NOVA VISÃO (Rede de informação das ONG), uma iniciativa da AJUDECA., que até à data engloba 36 ONG angolanas.

Ao nível dos apoios internacionais, as ONG Angolanas beneficiam principalmente dos apoios financeiros de congéneres do Norte, particularmente de países nórdicos (Holanda, Noruega, etc). As igrejas têm também recebido alguns apoios de organizações cristãs, como a ONG britânica Christian Aid ou a alemã Caritas. Ao nível da União Europeia, destaca-se o papel que o Parlamento Europeu tem desempenhado no reconhecimento da sociedade civil como um interlocutor fundamental no processo de paz angolano. A este propósito, importa referir a oportunidade que o novo Acordo de Cotonou representa para os actores não-estatais, podendo este entendimento com a UE vir a traduzir-se brevemente na aprovação de um pacote financeiro destinado a apoiar os esforços da sociedade civil em prol da paz.

São também de destacar algumas organizações internacionais que têm desenvolvido, através da sua presença directa no terreno, um papel importante na procura da paz.

É o caso do Development Workshop-Angola (na sua origem uma organização canadiana), da Friedrich Ebert Foundation (com escritório em Luanda desde 1997) ou do Programa de Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola, criado em Abril de 1999. A Trócaire e a Divisão dos Direitos Humanos (DDH) da UNOA (Escritório das Nações Unidas em Angola), trabalham na gestão de USD 970,000 doados pelas Embaixadas da Noruega, Holanda e Suécia. O Programa engloba projectos em três sectores com objectivos específicos: Justiça (apoiar o sistema de justiça e a polícia, para que funcionem de forma profissional, guiados pela lei e que gozem de confiança das populações); Sensibilização (propagar amplamente na sociedade e no Governo um bom entendimento sobre os princípios dos direitos humanos, a fim de estimular debates e contribuir para o desenvolvimento da cultura de paz e respeito pela lei); Sociedade Civil (encorajar o crescimento da sociedade civil como parceiro na construção dos direitos humanos, paz e desenvolvimento). Com estes objectivos, o Programa de Direitos Humanos desenvolveu projectos, na sua maioria com parceiros locais (do Governo e da Sociedade Civil) e fornece-lhes conselhos técnicos e apoio durante a elaboração e implementação de projectos. Além disso existem fontes de financiamentos em que as organizações podem solicitar apoio financeiro a fim de levarem a cabo projectos ligados à promoção da sociedade civil.

3.2 Principais ONG com influência no movimento para a paz

Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)

Presidente: Fernando Pacheco / Director: Luís Monteiro

É a maior ONG Angolana. Apesar de não ser uma organização cívica na sua natureza, devido às especificidades da sociedade angolana e à própria intolerância do regime na aceitação das expressões institucionais da sociedade civil, a ADRA tem desempenhado um papel extremamente importante no movimento pacifista, sobretudo no período depois das eleições de 1992 e no ano de 2000.

As suas actividades são apoiadas pelo Governo e pelo partido no poder. Os seus dirigentes são vistos como a ala crítica do MPLA, como um “reservatório de quadros” num partido que fizesse a clarificação do ilícito, da corrupção e adoptasse uma clara política de justiça social. Ao longo dos últimos anos o seu Presidente tem sido um dos “embaixadores informais” de Angola por todo o mundo.

Forum das ONG Angolanas (FONGA)

Coordenador: Tunga Alberto

Foi criado em 1991 e tem tentado funcionar como organismo coordenador das ONG locais. Em princípio não deveria ter qualquer papel político na sociedade angolana, mas devido à presente situação, é um organismo muito politizado. Este mecanismo associativo promoveu recentemente a reunião dos “sobas” angolanos, um encontro dos líderes tradicionais da sociedade Angolana.

Comité das Organizações Não-Governamentais Angolanas (CONGA)

Foi criado em 1988 como um comité para debate de questões de interesse mútuo entre as ONG que trabalhavam em Angola. Com a criação do FONGA para as ONG nacionais, esta rede passou a englobar exclusivamente as organizações não-estatais internacionais que intervêm em Angola, principalmente na área humanitária.

Em 1997, os seus membros decidiram reforçar a estrutura através do estabelecimento de diversos grupos de trabalho temáticos responsáveis pela coordenação com o FONGA, o Governo e a ONU relativamente a assuntos específicos. A partir de 2000, foi criado o Grupo de Ligação do CONGA, que realiza reuniões semanais com o organismo das Nações Unidas responsável pelas acções humanitárias (OCHA), no sentido de melhorar a coordenação entre as diversas organizações que operam nesta área.

Open Society Institute (OSI)

Esta ONG tem as suas raízes na Fundação Soros. No contexto angolano tem tido um papel extremamente importante porque financia muitas das actividades do movimento cívico angolano e da actual campanha pela paz. Foi o OSI que reuniu no princípio de 2001 as principais sensibilidades da sociedade civil Angolana e que esteve na base do despoletar do movimento cívico pela paz em Angola.

Na imprensa, o OSI financia parte da imprensa alternativa e paga igualmente artigos de opinião a colunistas. O seu representante é o jornalista/activista Rafael Marques, o que lhe confere um estatuto especial entre as ONG estrangeiras operando em território angolano.

Development Workshop

É outra das ONG estrangeiras que tem desempenhado um papel fundamental na promoção da paz. Estabelecida em Angola desde 1983, começou por trabalhar ao nível da consciencialização dos pescadores e comerciantes para os seus direitos políticos e cívicos, tentando integrar as questões dos direitos humanos de forma significativa nas reacções de pessoas preocupadas prioritariamente com a sua sobrevivência.

Em 1998, propôs um Programa de Construção da Paz Angolana, numa tentativa de fazer com que as iniciativas da sociedade civil angolana preenchessem a lacuna deixada pelas organizações internacionais, uma vez que os mediadores internacionais de paz ignoraram em grande parte e durante vários anos o papel potencial que as organizações nacionais não estatais poderiam desempenhar na implementação dos Acordos de Paz e na resolução do conflito.

Promove desde 1989 a ANGONET (www.angonet.org). Durante alguns anos, a ANGONET apenas fornecia a Angola o acesso público ao sistema electrónico de rede internacional via correio electrónico (e-mail) através dos servidores da Associação de Comunicação Progressiva (ACP) sem fins lucrativos, na Europa e no sul de África. Com o surgimento dos Provedores Comerciais de Serviços da Internet (PSI) no fim da década dos anos noventa em Angola, a ANGONET dedicou-se a providenciar um serviço de rede sem fins lucrativos a favor das organizações e individualidades que trabalham em Angola em programas de desenvolvimento sócio-económicos e assistência humanitária. Assim, os seus objectivos são essencialmente (i) melhorar a rede e a troca de informação entre organizações não-governamentais, instituições do governo local, associações cívicas e organizações de desenvolvimento que operam em Angola e na região austral; (ii) promover a troca de informação nas áreas de desenvolvimento sustentável, direitos humanos e pacificação, assistência humanitária e acções contra as minas terrestres; (iii) reforçar a capacidade das organizações em Angola pelo fortalecimento das relações de parceria através do melhoramento das comunicações na região do sul de África e com parceiros internacionais; (iv) providenciar acesso aos serviços de Internet em zonas rurais a favor das organizações baseadas nas comunidades.

Contactos das ONG internacionais com actividade em Angola:

Sigla	Organização	Representante	e-mail	Telefone (244)2+	Fax (244)2+
AAA	Acção Agrária Alemã	Dr. Ralf Syring	aaa_luanda@netangola.com	391 925 - 370 459	391 925
ACF	Action contre la Faime	Eric Fort	achangola@netangola.com	320 709	324 319
ACORD	AG. Coop. Pesquisa Desenvolvi.	Mariana Sousa	acord@netangola.com	322 445	322 445
ADPP	Ajuda Desenvolvimento de Povo para Povo	Rikke Viholm	adppsede@netangola.com bo@netangola.com annemarie@netangola.com	311 514	311 563
ADRA-I	Adventist Development Relief Agency	Mario Oliveira	adrant.angola@ebonet.net	322 363	441 727
AFRICARE	Africare	Samsom T. Ngonyani	africare@ebonet.net	395 782 - 330 218	396 859
AFRICA-G	AFRICA Gupperma	Ulla Innala	suecia@snet.co.ao	399 748	..
AHA	African Humanitarian Action	Constance S. Brathwaite	ahang@ebonet.net	321 952	321 952
AIFO	Associazione Italiana A. di Raoul F.	Annalisa Bertolozzi	...	440 332	..
AGRISUD	Agrisud Angola	Denis Dravet	Agrisud.angola@netangola.com	392 493	330 069
ALISEI	ALISEI - Angola	Pietro De Carli	Nfronteira@ebonet.net	449 309 092 301890	...
AMDA	Association of Medical Doctors of Asia	Shunsuke Suzuki	amdaangola@netangola.com tanaka@netangola.com	36 12 23	36 12 23
AMI	Assistência Médica Internacional	Maria José Garção	ami.ang@ebonet.net	331 217	331 217
APS	Association for Development Participation	Michele Stua	Mendonza_ang@yahoo.com aps_ang@yahoo.com	309 755	...
CARE-I	CARE International	Patricia Buckley	care.ang@ebonet.net	445 196 - 440 400	445 121

CAM	Comité D'Aide Médicale	Fabrice Beutler	camangol@netangola.com
CCF	Christian Children's Fund	Mary Daly	marciajccf@compuserve.com ccf.angola@snet.co.ao	323 598	324 410
CCG	Center for the Common Ground	Steve Utterwulghé	ccg@ebonet.net	352 831	352 831
CEAR	CEAR Foundation	Rafael Montero Dias	fcear@snet.co.ao	260 746	..
CIC	Cooperação Intercâmbio e Cultura - Portugal	Francisco Raposa	cic@ebonet.net	330 601 - 391 545
CIES	Center for Development Information and Education	Graziela Boat	cies-angola@ebonet.net cies@snet.co.ao	323 383 - 091/ 209 787	..
CIRPS	Centro Interuniversitario per la Ricerca in paesi in via di Sviluppo	Alberto A. Stella	cirps.ang@ebonet.net	391 599	..
CONCERN	Concern Worldwide	Yvonne Forsen	concern@ebonet.net cdang@ebonet.net	449 461	445 839
CORDAID	Catholic Organization for Relief and Development	Ilario Beuner	cordaid.angola@angonet.org	448 319 - 447 328	442 110
CORE	CORE Group Partners	Lee Losey	corepolio@ebonet.net	371 133 - 092/ 602 566	..
COSPE	Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti	Ermanno Berti	falcone@netangola.com	323 383	323 383
COSV	Coord. de Org. Servizio Volontario	Pietro Bonaudi	cosvangola@ebonet.net	091 215 830 - 092 312 235	448 334
CRS	Catholic Relief Services - USCCB	Scott T. Campbell	crs.luanda@ebonet.net crs.lobito@ebonet.net	337 897 (Luanda) 072/ 22 419 -072/ 23 286 (Lobito)	337 897 (Luanda) 072/ 21 662 (Lobito)
CUAMM	Collegio Univ. Asp. Medici Missionari	Massimo Manzoni	cuammangola@ebonet.net	445 015	445 015
DRC	Danish Refugee Council	..	cdr@ebonet.net	322 572	322 572..
DRA	Disaster Relief Agency	Albert Frest	Srvangola@netangola.com	061 20 588 - 061 30 095 (Lubango)	..
DW	Development Workshop	Allan Cain	allan.dwang@angonet.org	448 371 - 448 377	449 494
FES	Foundation Ebert Friedrich	Sabine Fandrych	Fes.luanda@ebonet.net	445 973 - 442 361	445 973

FOS-B	Coop. And Development Funds	Murilo Soares Correia	fosangola@netangola.com	322 683 061 30 044 - 061 23 607 (Lubango)	..
FTC	Feed the Children	António Sozinho	ftcangola@netangola.com	325 874	..
GAS	AFRICA Gupperma	Ulla Innala	suecia@snet.co.ao	399 748	...
GOAL	GOAL <i>Angola</i>	Robert Kevlihan	goal-angola@ebonet.net	321 979 - 325 905	326 180
GTZ	Gesellschaft fur Technische Zusammennarbeit	Gunter Dietz	gtz@ebonet.net	333 225 - 395 395	...
GVC	Group Voluntariate Civil	Mariano Contiero	gvcangola@ebonet.net	360 746	..
HI-B	Handicap International Belgica	Sophie Periquet	hi.angola@ibelgique.com	350 830	350 830
HI-F	Handicap International France	Corinne Henon	hif.angola@netangola.com pepamhif@netangola.com	339 059..	..
HT	Halo Trust	David Frederick	ht.ang@ebonet.net	309 704	...
IBIS	IBIS <i>Angola</i>	Bauke Van Weringh	lbis.angola@ebonet.net	351 028 091/ 503 083 - 092/ 403 035	351 028
IED	Instituto de Estudos para Desenvolvimento	Maria Fernanda Vieira	ied@snet.co.ao
ICRC	International Committee of Red Cross	Alain Kolly	luanda.lua@icrc.org	333 991 - 392 637	391 170
IFRC	International Federation of Red Cross	..	ifrc@netangola.com	372 868 - 091/ 502 249	320648
IMC	International Medical Corps	Nathalie Levy	imc.ang.cd@ebonet.net imc.ang@ebonet.net	371 583 - 392 174	371 583
INTERSOS	INTERSOS Angola	Maurizio Gentile	intersos@ebonet.net	447 738 - 091 312 234	..
IPMP	Instituto Português de Medicina Preventiva	Manuel Enrique Pedro	mpedro@netangola.com	333 346	..
JAM	Jesus Alive Ministries Life Aid	João Tiburcio da Silva	...	441 326 - 443 801	339 102
JOHANNITER	Johanniter - Unfall - Hilfe E. V.	Wolfgang Tacke	..	072 343 33 (Benguela)	072 343 33 (Benguela)

JRS	Jesuit Refugee Service	Luciana Pitol	jrs-ang@ebonet.net	324 612	324 612
LD	Leigos para o Desenvolvimento	Maria Susana Réfega	leigos@ebonet.net	072 348 28 (Benguela)	..
LWF	Lutheran World Federation	Carl Von Seth	repre@lwfangola.com prog@lwfangola.com	448 461 - 091/ 506 897	446 634
MAG	Mines Advisory Group	Arthur Moore	rachel.jones@mag.org
MCID	Mississippi Consortium for International Development	Enrique Maradiaga	mcid@netangola.com	350 179	..
MDM-E	MDM-Espana	José Maria Cabrera	mdm@netangola.com	442 424 - 443 092	443 092
MEDAIR	...	Luke Stephens	lstephens@hotmail.com	092 503 719	..
MGM	Menschen Gegen Minen	Hendrick Ehlers	Office.luanda@mgm.org	309 138 - 309 760	309 018
MI	Médico International	Sebastian Kasack	miluanda@compuserve.com	392 174 - 371 583	..
MM-A	Medicus Mundi Angola	Carles Saenz	mmundiangu@netangola.com	309 084	..
Movimondo	Movimondo Angola	Gianluca Nardi	movimondoangola@ebonet.net	322 881 - 325 073.	325 073..
MSF-B	MSF - Belgica	Erwin van der Borght	msfb.ang@ebonet.net	370 858 - 370 873	333 225
MSF-E	MSF - Espanha	Raquel Ayora	coor.general@ebonet.net	444 781	444 781
MSF-F	MSF - França	Jean-Luc Anglade	mfal@ebonet.net	309 252	309 580
MSF-H	MSF - Holland	Marc Poncin	msfh-luanda@msf.org	339 739 - 370 860	370 620
MSF-S	MSF - Suíça	Marc Joloy	msf-swiss-lda@ebonet.net	441 514	441 524
NDI	National Democratic Institute	Isabel Emerson	ndi.angola@ebonet.net isabel@ebonet.net	393 931	390 096
NPA	Norwegian Peoples Aid	Dag Hoiland	npa.ang.repres@ebonet.net	321083 - 324 500	324 499

NF	Nuova Frontiera	Pietro De Carli	Nfrontiera@ebonet.net..	363 036	363 036..
NRC	Norwegian Refugee Council	Anny Brenne Svendsen	nrcangola@ebonet.net	443 993	446 603
OIKOS	Cooperação e Desenvolvimento	Manuel Quintino	quintino.oikos@angonet.org oikos@angonet.org oikos.angola@ebonet.net	331 017	399 734
OXFAM	OXFAM	John Caldwell	john@oxfam.ebonet.net fred@oxfam.ebonet.net	354 577	335 081
PSI	Population Services International	Susan Shulman	psiangola@netangola.com	445 819 - 441 414	..
REMAR	Associação de Reabilitação de Marginais	Victor Manuel de Matos	remar@netangola.com	290 535 - 091/ 201 270	..
SC-US	Save the Children Federation - USA	Ray Mc Ardle	scusangola@ebonet.net rmcardle@ebonet.net	371 133	371 287
SC-N	Save the Children - Norway	Susan Dow	redd.barna@ebonet.net scn_angola@hotmail.com	320 113	320 113
SC-D	Save the Children - Denmark	Karen Glavind	klavind@ebonet.net	321 783	..
SC-UK	Save The Children - UK	Sheri Lecker	scfuk.lda@ebonet.net scfuk.lda@netangola.com director.scuk_lda@snet.co.ao	330 407 - 334 948	391 350
SNV	Organização Holandesa de Desenvolvimento	Jan van Montfort	snavangola@netangola.com	061/ 300 99 (Lubango)	..
SOLE	Solidariedade Evangélica	Marie-Claude Bricet	sole.luanda@netangola.com	443 108	..
TEAR	TEARFUND	Jorge Cambinda	j.cambinda@netangola.com	061/ 224 57 (Lubango)	..
TROCAIRE	TROCAIREAngola	Ian Dolan	trocaire-ang@ebonet.net trocadmin@ebonet.net	448 319 - 447 328 091/ 511 216	448 319
VIS	Voluntariado Internazionale per lo Sviluppo	Daniele Parasimi	399 879

VIDA	Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano	Conceição Matero	vida.angola@yahoo.com	311 425 - 310 012 310 019	...
VVAF	Vietnam Veterans of America Foundation	Tom Petocz	vvaf@netangola.com	352 309	352 309.
WL	World Learning	Fern Teodoro	fern1@netangola.com	444 813	..
WVI	World Vision	Anne Mesopir	Anne_mesopir@wvi.org Boniface_njerga@wvi.org	354 466 - 351 270	351 668
ZOA	ZOA - Refugee Care	Dick Loendersloot	zoa-angola@ebonet.net zoangola@netangola.com	061 301 04 - 061 23 824 (Lubango)	..

4. OUTRAS ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES CÍVICAS

Amplio Movimento dos Cidadãos (AMC)

É a organização mais poderosa de carácter laico envolvida no movimento pacifista. O secretário executivo é o jornalista William Tonet, também editor e proprietário do jornal alternativo “Folha 8”. Outras figuras importantes no AMC são o académico Vicente Pinto de Andrade, Filomeno Vieira Dias e Luís do Nascimento, ambos líderes da FpD (Frente para a Democracia), formação política que agrupa um número apreciável de intelectuais e vista historicamente com um posicionamento à esquerda do MPLA. Rafael Marques, chefe do escritório do Open Society Institute (financiado por George Soros) está ligado ao AMC.

O objectivo central desta associação é garantir uma mais ampla presença e participação dos cidadãos e promover a consciencialização política da sociedade Angolana, conforme o Plano de Acção aprovado pela organização. Pretende-se influenciar a sociedade e o poder político para a necessidade de mudanças democráticas reais que ultrapassem a crise político-militar, através acções concretas para o aumento da consciência cívica e crítica da população, do estabelecimento de contactos directos com as mais variadas associações da sociedade civil e de acções de sensibilização e pressão junto do poder central, militar, administrações provinciais, municipais e locais. Neste sentido, o AMC tem estado envolvido na Campanha pela Paz e contactou também o UNOA, expressando interesse em mediar as negociações para a paz. O AMC defende o estabelecimento de um cessar-fogo bilateral e expressou intenção de se encontrar com o líder da UNITA para esse efeito. O Governo angolano, pressionado pela Comunidade Internacional, tolera o movimento, embora William Tonet seja alvo de campanhas sistemáticas na imprensa estatal visando desacreditá-lo.

Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD)

É uma organização cívica que tem actuado na área da justiça, nomeadamente na educação dos cidadãos relativamente aos seus direitos constitucionais, ao sistema prisional angolano e na forma como é aplicado o direito penal. No seu trabalho prático a AJPD conta com a colaboração activa de inúmeros juristas filiados na OAA (Ordem dos Advogados de Angola), outro organismo que ultrapassa largamente as suas competências como organismo profissional auto-regulador. A AJPD está também associada ao movimento pacifista. O seu líder é Fernando Macedo, um jovem jurista recentemente regressado de Portugal, onde esteve ligado à Fundação Mário Soares. A Fundação Friedrich Ebert e a divisão dos direitos humanos da UNOA têm apoiado materialmente as actividades da AJPD.

A AJPD está neste momento em litígio com o Ministério da Justiça, que considera não estarem ainda reunidos os pressupostos legais para o desenvolvimento das suas actividades. Apesar disso, promoveu no dia 11 de Outubro em Luanda um seminário de reflexão e discussão sobre a administração da Justiça e o sistema penitenciário em Angola. O projecto visa alertar a opinião pública para a necessidade de acabar com “prisões ilegais e excesso de prisões preventivas nas cadeias de Luanda”.

Associação Cívica Angolana (ACA)

É a mais antiga associação cívica angolana formada depois dos Acordos de Bicesse em 1991. Foi animada por Joaquim Pinto de Andrade, uma das referências do nacionalismo angolano. Das suas fileiras saiu o PRD (Partido Renovador Democrático), visto como potencial alternativa à bipolarização da vida política Angolana em 1992.

Face a novas iniciativas, a ACA perdeu prestígio e influência nos últimos anos. Com o desenvolvimento do movimento cívico e dos movimentos pela paz a ACA tem vindo a patrocinar várias iniciativas de reflexão dinamizadas pela jurista Imaculada Melo, igualmente activista no movimento pela paz.

Fundação Eduardo dos Santos (FESA)

É por definição uma fundação, mas as suas actividades ultrapassam largamente a área da filantropia. É vista na sociedade Angolana como o braço do Futungo de Belas (presidência) em todas as esferas da sociedade Angolana. As suas actividades e o seu orçamento transformaram a FESA numa instituição paralela à actividade governamental. Constitui, assim, um exemplo das tentativas governamentais no sentido de voltar a controlar o espaço que a sociedade civil tem conseguido ocupar.

5. IMPRENSA ANGOLANA

5.1 Situação Actual

Filha do processo de liberalização pós-Bicesse, a imprensa independente no sentido amplo do termo compreende hoje meia dúzia de semanários concentrados em Luanda e o mesmo número de rádios, estas mais dispersas geograficamente.

A Rádio continua a ser o meio de comunicação mais importante em Angola, sendo escutada por cerca de 80% da população. Existem apenas cinco estações de rádio privadas, sendo elas a *Luanda Antena Comercial* (LAC), a *rádio Ecclesia*, a *Rádio Cabinda Comercial*, a *Rádio Morena* (Benguela) e *Rádio 2000* (Lubango). Embora estas estações sejam tecnicamente independentes, os seus programas evitam criticar directamente o Governo. Isto está em parte relacionado com a sua própria origem, uma vez que algumas destas estações foram montadas pouco antes das eleições de 1992, com ajuda financeira discreta de fontes internas do partido no poder, o MPLA, a fim de ajudarem o partido durante a campanha eleitoral. A Igreja Católica voltou a fazer as transmissões da Rádio Ecclesia depois do Governo lhe devolver esta estação em 1997; a mesma tinha sido expropriada pelo estado em 1977.

A Rádio VORGAN (Voz da Resistência do Galo Negro) é a estação da Unita. Durante o processo de paz de Lusaka, a sua transformação numa estação não-partidária e comercial fez poucos progressos, apesar de este ser um dos requisitos do protocolo de paz e das resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Para justificar a ausência de reestruturação, a equipa de direcção alegou dificuldades em encontrar novas instalações e em conseguir o equipamento necessário. A estação acabou por suspender as suas emissões no início de 1998, mas voltou a transmitir em Dezembro desse ano, após o desmoronamento total do processo de paz. Os jornalistas desta rádio, bem como do jornal do partido – *Terra Angolana* (de publicação irregular) - sofreram ao longo da década de 90 diversas acções de intimidação por parte do Governo.

Relativamente aos órgãos de comunicação social controlados pelo Governo, o Ministério da Comunicação Social, que sucedeu ao Ministério da Informação, foi criado com a tarefa de “tratar e assegurar a execução da política informativa” e integra na sua estrutura o *Jornal de Angola*, a *Rádio Nacional de Angola*, a *Rádio Escola*, a *Televisão Popular de Angola* (TPA) – com quatro estações regionais - e a *Angola Press*. A guerra contribuiu em muito para a destruição de várias instalações e emissores da Rádio, da Televisão e da Angop (a única agência noticiosa) em diversos pontos do país, contribuindo para fragilizar ainda mais uma estrutura já antes muito carenciada.

O *Jornal de Angola*, identificado com o regime, continua a ser o único diário, formalmente disponível em todo o país, mas que raramente ultrapassa o perímetro de Luanda. O drama da circulação é extensivo aos semanários que têm igualmente concentradas as suas vendas na capital, onde vive um terço da população do país.

Nenhum dos jornais ultrapassa os cinco mil exemplares, sendo que a Rádio e Televisão são os meios de comunicação (do Estado) com maiores possibilidades de cobertura informativa do país.

A imprensa independente enfrenta grandes dificuldades económicas e logísticas, sendo que em cada edição não se sabe se vai existir dinheiro para pagar os artigos dos colaboradores, o papel, as contas do telefone e o aluguer das instalações para a edição seguinte. Isto é devido em parte à falta de patrocinadores internos, o que leva ao encarecimento do preço de capa na tentativa de se equilibrarem os custos de produção. Os principais patrocinadores são externos: organizações da Holanda, Estados Unidos, Alemanha e países nórdicos apoiam habitualmente o sector, mas Portugal poderia ter um papel muito mais activo. Ao contrário do que acontece nos outros Países, não funcionam em Angola as emissões estatais em canal aberto da RDP e da RTP África.

Os constrangimentos financeiros impedem um maior desenvolvimento da imprensa diária, uma vez que tal periodicidade exige uma continuidade de recursos humanos e materiais que o panorama angolano nesta área ainda não permite.

Relativamente aos conteúdos, rareiam as reportagens e abundam as crónicas e colunas de análise e opinião, naquilo a que alguns denominam de “intriga política”. O enfoque é na situação interna angolana e nas questões relativas às relações com a União Europeia e Portugal. Os problemas sociais continuam a obter primazia sobre as questões políticas.

A politização exacerbada das publicações independentes contribui para que as autoridades angolanas desenvolvam ainda acções de controlo sobre estas publicações. O estabelecimento de uma democracia formal não se reflecte por agora na garantia duradoura de existência de uma imprensa livre e independente, enquanto os órgãos de comunicação do Estado continuam a ser um canal privilegiado para veiculação e justificação das posições políticas governamentais. As leis angolanas não permitem estações de televisão privadas, nem estações de rádio de ondas curtas, proibindo também retransmissões em directo.

O *Jornal de Angola* é actualmente o único diário existente em Angola. Com sede em Luanda, dispõe de cerca de 14 correspondentes provinciais espalhados pelo país e oito no estrangeiro, um dos quais em Lisboa. A estrutura física do jornal já existia no período colonial, tendo após a independência alterado a sua orientação editorial e a designação de “Província de Angola” para a sua denominação actual. É um jornal claramente conotado com o regime, instrumentalizado politicamente, que tem tido um papel importante na propaganda governamental. Até há em pouco tempo, no discurso dos seus editoriais, a construção da Angola “ideal” (com paz e riqueza) só seria possível no dia em que a Unita desaparecesse. As notícias davam corpo a um claro projecto de “desumanização” da Unita e do seu líder, justificados pela identificação destes com o “mal”.

Durante o processo de Lusaka, verificou-se uma pequena abertura dos meios de comunicação, especialmente em Luanda, mas a repressão e perseguição aos jornalistas continuou a ser uma realidade inegável. Os exemplos são variados: despedimentos de jornalistas e correspondentes provinciais após a publicação de opiniões advogando a liberdade de expressão ou criticando a governação local ou central; a supressão de programas mais controversos na televisão angolana; e até o assassinato de diversos jornalistas em circunstâncias suspeitas. Os caso mais conhecidos são o assassinato, em Janeiro de 1995, de Ricardo de Mello, director do boletim semi-independente *Imparcial Fax* e também de António Casimiro, correspondente da *Televisão Popular de Angola*, em Outubro de 1996.

Em 1997, durante a tomada de posse do Governo de Unidade Nacional, o Presidente Eduardo dos Santos solicitou mais “transparência e liberdade nos media”, mas sem resultados práticos. Nesse mesmo ano, o governador da província da Huíla impediu as vendas dos jornais independentes *Agora*, *Folha 8* e *Comércio Actualidade*, todos considerados como sendo críticos do Governo. As autoridades proibiram que a rádio local e independente no Lubango – *Rádio 2000* – voltasse a transmitir programas da *Voz da América* (VOA). Em Novembro, o governador da província de Malange proibiu que o jornalista da VOA Isaías Soares empreendesse quaisquer actividades como freelancer, depois de já ter sido suspenso do seu emprego na estação de rádio local após duras críticas ao governador por este não ajudar devidamente as comunidades locais a recuperar da guerra. Já em 1998, o Governo acabou com a cobertura ao vivo dos debates da Assembleia Nacional.

O Conselho Nacional dos Media, formado em 1992 com membros do Governo, continua a não ter poder para tomar medidas concretas. Este órgão organizou em Janeiro de 1998 um seminário sobre o pluralismo e a liberdade de informação, no qual se reafirmou a necessidade da existência de restrições e limites ao jornalismo angolano.

Desde 1998, os funcionários do Governo começaram a utilizar cada vez mais uma nova estratégia de lidar com os jornais e boletins independentes. Sabendo que estes tinham grande falta de recursos, os funcionários encorajavam a autocensura editorial, usando o incentivo de pagamento para a publicação de artigos pró-governo, como alternativa à censura aberta e à repressão dos jornalistas.

O ano de 1999 foi muito negativo para a liberdade de imprensa, uma vez que com o ressurgimento da guerra, o espaço que se tinha aberto para os media independentes e jornalistas estrangeiros estabelecidos em Angola volta a diminuir (*ver cronologia*). O grande controlo exercido sobre os órgãos de informação resultou no facto de os angolanos passarem a ter uma confiança quase exclusiva na rádio estrangeira, especialmente na rádio portuguesa (serviços portugueses da *Voice of America*, do *BBC World Service* e da *Rádio France Internacional*). O governo é menos restritivo com estes jornalistas, embora continue a proibir que se voltem a transmitir programas em directo.

No entanto, é igualmente necessário referir a existência de uma evolução global muito positiva nos últimos dois anos no que concerne à liberdade de expressão em geral, como ilustra o maior protagonismo da sociedade civil angolana. Não há conhecimento de prisões recentes de jornalistas (de que Rafael Marques se tornou no passado o caso mais conhecido); as ameaças às publicações, as proibições de viagem ao exterior e outras formas de retaliação e intimidação desapareceram no último ano dos relatórios das organizações internacionais especializadas na defesa da liberdade de imprensa. José Eduardo dos Santos abandonou a galeria partilhada com Robert Mugabe de “um dos piores inimigos da liberdade de imprensa” e até os governadores provinciais, habitualmente mão dura sobre os correspondentes, abrandaram essa repressão. O secretário do MPLA para a informação foi mudado e uma equipa de assessores brasileiros e portugueses assegura actualmente nos media de Estado o “combate ideológico” aos “desvarios” da imprensa independente. Abrem-se igualmente boas perspectivas para a revisão da Lei de Imprensa, algo que a generalidade dos jornalistas já vem reclamando há algum tempo.

Os jornais semanais “*Folha 8*” (criado em 1995, sendo o actual director William Tonet) e o “*Agora*” (criado em 1996, com o Director Aguiar dos Santos) tornaram-se as principais publicações independentes, existindo ainda o *Angolense* (1998), o *Actual* e o *Independente*. O *Folha 8* apresenta muitas vezes notícias sobre direitos humanos, a que não é alheio o facto do seu director ter feito parte da Associação Angolana de Direitos Humanos. O Movimento para a Paz utiliza actualmente a imprensa independente para veicular as suas posições o que origina a acusação de “conluio oposicionista”. Em resposta, o Governo utiliza frequentemente o “*Jornal de Angola*” para expressar, e por vezes impor, as suas ideias e posições políticas.

De 6 a 8 de Maio de 2002 realizou-se o primeiro congresso ordinário do Sindicato dos Jornalistas Angolanos, dez anos após a sua constituição. A este respeito, o jornalista Reginaldo Silva, um dos fundadores do SJA, manifestou-se crítico em relação à situação vivida durante o longo período em que o sindicato não pôde estender e consolidar as suas estruturas em todo o país, embora reconheça que foi a única organização profissional que nos momentos críticos se bateu pela defesa dos jornalistas, quando em situação de risco. Um exemplo paradigmático é o caso Rafael Marques (*ver cronologia*), a face mais visível da imprensa independente angolana no exterior.

Também em Maio foi criado o sexto semanário privado, um jornal em formato tablóide de 24 páginas, intitulado “*A Capital*”.

5.2 Resumo de acontecimentos relativos à Comunicação Social em Angola (1999-2001)

- 11.01.99 O director e o administrador da estação Rádio Morena, em Benguela – José Manuel Alberto e José Cabral Sande – são presos por agentes dos serviços de informação angolanos. As detenções ocorrem depois de a estação ter voltado a transmitir um programa de notícias da RTP sobre o Secretário Geral da Unita, Paulo Lukamba Gato.
- 13.01.99 A Rádio Ecclesia foi proibida de transmitir, quando se preparava para colocar no ar um relatório relativo às lutas entre as forças do governo e da Unita. Volta a ver as suas transmissões cortadas a 18 de Janeiro, antes de transmitir uma entrevista com o Secretário-Geral da Unita, e a 26 de Janeiro, quando estava prestes a ter início uma entrevista com Carlos Morgado, representante da Unita em Lisboa.
- 19.01.99 A jornalista Ivone Ferreira sai de Angola depois de ter sido ameaçada de morte devido a um artigo publicado no Diário de Notícias sobre tropas cubanas em Angola.
- 21.01.99 O Ministério da Comunicação social convida os meios de difusão privados a pautarem a sua actividade pelo respeito estrito da lei. O Ministro Pedro Hendrik Vaal Neto publica uma declaração na qual avisa os media independentes de que poderão ver as suas licenças de publicação e transmissão revogadas se estes continuassem a cobrir informações sobre jovens que não queriam ser recrutados para as forças armadas.
- 04.02.99 Um procurador militar inicia um processo legal contra três jornalistas do semanário Folha 8 e o director deste jornal, William Tonet, é interrogado durante várias horas no Departamento de Investigação Criminal da polícia angolana, a propósito dessas acusações (relacionadas com a alegada divulgação de informações militares).
- 16.04.99 Pascual Mukuna e Rafael Marques, jornalistas do Folha 8, são interrogados pela polícia, acusados de difamação e calúnia. O promotor de justiça das forças militares inicia um processo legal contra William Tonet, baseado nas leis que regem a Imprensa, os Segredos Estatais, a Segurança do Estado e os Crimes Militares.
- Maio 99 A Jornalista da BBC e da Reuters Lara Pawson é maltratada ao sair de um bar em Luanda, por pessoas que a avisam do perigo de publicar reportagens criticando o Governo. Joseja Lamberg, jornalista da Voice of America (VOA) é atacada por um soldado enquanto fazia uma reportagem sobre cidadãos angolanos que tentam escapar ao recrutamento. O jornalista Machado Irmão, que colaborava regularmente com o semanário Actual, é espancado por indivíduos com uniformes da polícia, que o avisam para se manter em silêncio.

- O Padre Afristides Neiva, da Rádio Ecclesia, demite-se do seu posto devido ao que descreveu como sendo a pressão exercida pela igreja católica para que ele reduzisse as suas reportagens sobre a guerra.
- 02.06.99 O Ministro da Comunicação Social angolano volta a ameaçar de silenciamento as publicações independentes sediadas em Luanda.
- 10.08.99 A polícia entra nas instalações da Rádio Independente Ecclesia com mandado de busca e mandados de detenção contra o redactor-chefe e o jornalista de serviço, pela transmissão de uma entrevista ao líder da UNITA. O mandato de captura declarava que a entrevista com Savimbi continha “informação perigosa” que incitava “à desobediência colectiva”.
- A TPA (Televisão Pública de Angola) é alvo de medidas policiais por transmissão da entrevista de Savimbi. O director de informação, Nelson Rosa, e o redactor de notícias da estação são chamados à polícia judiciária.
- Correspondente da BBC (Reginaldo Silva) é notificado pela polícia.
- Jornalistas condenam a detenção de profissionais da Rádio Ecclesia.
- A nota de abertura da rádio Renascença denuncia atitude censória.
- Jornalistas da rádio Ecclesia são detidos novamente por repetirem excertos de uma entrevista do líder da UNITA.
- A Rádio Ecclesia condena a detenção de jornalistas e o sindicato pede definição do governo sobre a liberdade de informação.
- 11.08.99 Jornalistas da emissora católica Angolana são novamente detidos.
- 12.08.99 Responsáveis da Ecclesia são obrigados pela polícia a assinar um documento onde se comprometem a não utilizar material relacionado com Savimbi.
- As entrevistas a Savimbi são proibidas por Luanda. O Secretário-Geral do MPLA considera que o líder da UNITA, alvo de mandado de captura, não deve ter tratamento igual a outros cidadãos.
- 03.09.99 Gilberto Neto, jornalista do Folha 8, é brutalmente atacado por agentes da polícia e interrogado pelo Departamento Nacional de Investigação Criminal (DNIC).
- Três dias depois William Tonet, director do semanário, é também chamado para interrogatório, voltando ao DNIC ao longo do mês para esclarecer assuntos relativos à sua vida pessoal, afiliações políticas e outras questões.

- Aguiar dos Santos, director do Agora, desloca-se por diversas vezes ao DNIC para responder a perguntas sobre artigos publicados no seu jornal.
- 07.09.99 O Ministro da Comunicação Social ordena à estação de Rádio Ecclesia a cessação das transmissões de repetições ao vivo de programas de notícias da Radio Renascença, a estação católica portuguesa, por considerar que alguns conteúdos constituíam uma violação flagrante da legislação da imprensa angolana.
- 20.09.99 O Jornal privado “Angolense” é encerrado.
- 29.09.99 Quatro jornalistas da agência estatal de notícias ANGOP são suspensos por período indeterminado, até ser clarificado o seu relacionamento com alguns jornais independentes.
- 05.10.99 William Tonet, director e proprietário do Semanário privado Folha 8, preso alguns dias antes, é libertado.
- 16.10.99 O artigo “Baton da Ditadura”, publicado na edição de 3 de Julho do semanário Agora, leva jornalista Rafael Marques à prisão. No referido artigo o jornalista acusa o Presidente da República e do MPLA de promoção da incompetência e da corrupção, como valores sociais e políticos. O jornalista enceta uma greve de fome.
- 01.11.99 O procurador-geral da República de Angola, em declarações à Rádio Ecclesia afirma que «não há perseguição aos jornalistas no país».
- Os jornalistas do Jornal de Angola reclamam melhores salários.
- 10.09.99 A Amnistia Internacional (AI) acusa as autoridades angolanas de atacarem a liberdade de expressão tendo como intenção silenciar as críticas.
- 12.09.99 Organizações de jornalistas da África do Sul promovem sessão de solidariedade para com o angolano Rafael Marques, detido há quase um mês por alegado insulto ao Presidente angolano.
- 27.11.99 Rafael Marques em liberdade provisória, com julgamento marcado para dia 15 deste mês.
- 14.12.99 Jornais angolanos movem acção judicial contra o Estado. Semanários independentes impedidos pelo governo de publicar relatório da “Global Witness” sobre corrupção.
- 15.12.99 As maquetas de três semanários privados são confiscadas, quando aqueles se preparavam para divulgar o referido relatório, denunciando a corrupção.

	O julgamento de Rafael Marques é adiado.
16.12.99	O caso Rafael Marques é enviado ao Supremo Tribunal de Justiça.
28.12.99	O Procurador-Geral da República Angolana nega conflito entre o Estado e a imprensa independente.
30.12.99	Luanda condena jornalista do Expresso, Gustavo Cardoso, a um dia de pena suspensa, a 19 meses de multa e ao pagamento de uma indemnização de 20 mil dólares (quase 4 mil contos).
27.01.00	O jornalista angolano William Tonet quer processar o Ministro do Interior por alegadamente o ter difamado em plena sessão da Assembleia Nacional Angolana.
	O jornalista Rafael Marques afirma ter-lhe sido imposto pelo Tribunal Provincial de Luanda um defensor officioso no âmbito do processo em que está a ser julgado pelos crimes de difamação e injúrias ao Presidente da República.
24.03.00	O advogado de Rafael Marques abandona a defesa em protesto contra as arbitrariedades e ilegalidades do juiz.
31.03.00	O jornalista Rafael Marques é condenado a 6 meses de prisão, e à indemnização de cem mil kwanzas (cerca de três mil contos), aguardando decisão do recurso em liberdade. Advogado de José Eduardo dos Santos considera sentença branda. Defesa de Rafael Marques recorre da sentença e fala de “julgamento político”.
03.04.00	Robert Ménarde, presidente da Organização de Repórteres sem Fronteiras (RSF), afirma que não existe liberdade de imprensa em Angola.
05.04.00	A comissão dos direitos humanos da Ordem dos Advogados manifesta solidariedade para com o bastonário, Pires de Lima, alvo de ataques por parte do governo de Angola, no âmbito do caso Rafael Marques.
07.04.00	Assembleia quer julgamento anulado.
Agosto 2000	O jornalista angolano Rafael Marques é impedido de sair de Angola, para receber o Prémio Percy Qoboza, da Associação Nacional de Jornalistas Negros norte-americana. O prémio constitui um reconhecimento da sua coragem na luta por um exercício livre da liberdade de expressão e do direito à informação em Angola
Out. 2000	O Vice-Ministro da Comunicação Social reúne-se com o Comité para a Protecção dos Jornalistas.

Dez. 2000

Os serviços da imigração do aeroporto de Luanda impedem novamente Rafael Marques de deixar Angola.

Julho 2001

Gilberto Neto, jornalista do Folha 8, é detido e escoltado até Luanda para interrogatório. A sua documentação e bagagem são confiscadas. Pouco tempo depois é impedido de sair do país e acusado de pôr em risco a segurança do Estado e difamar a instituição policial.

5.4 Contactos dos principais Meios de Comunicação Social

Fontes Noticiosas

Angop	Agência noticiosa oficial do Governo de Angola Rua Rei Katyavala, 120-122 Luanda Tel.: (244) 2 346901 / 346771 / 332231 / 3939225 / 391537 / 330664 Fax: (244) 2 347342 / 347343 / 347 277 http://www.Angolapress-angop.ao/
Kwacha Unita Press	http://www.kwacha.com/ Publicação Internet afecta à UNITA de Jonas Savimbi
Jornal Digital	http://www.jornaldigital.com/Angola
Ebonet Notícias On-Line	http://www.ebonet.net/noticias/ Apontador de notícias de expressão lusófona, com especial destaque para a actualidade Angolana.

Jornais

Jornal de Angola	<i>Jornal diário</i> Rua da Rainha Ginga, 18/24 C.P. 1312 Luanda Tel.: (244) 2 338947 / 335531 / 331660 / 333343 Fax: (244) 2 333342 Website: http://jornaldeAngola.ebonet.net/
Agora	<i>Semanário</i> Rua Francisco A. Pinto, 6, 2.º, 21 Luanda Tel./Fax: (244) 2 323477 E-mail: agora-as@ebonet.net
Angolense	<i>Semanário</i> Rua Cónego Manuel das Neves, 83B Luanda Tel.: (244) 2 341501 Tel./Fax: (244) 2 340549 E-mail: angolense@netAngola.com
Comércio Actualidade	<i>Semanário</i> Rua da Missão, 81, R/C Luanda Tel.: (244) 2 334060 / 392542 Fax: (244) 2 392216 E-mail: com.actualidade@ebonet.net
Independente	<i>Semanário</i>

Rua da Missão, 81, R/C
Luanda Tel./Fax: (244) 2 343968

Jornal dos Desportos

Rua da Rainha Ginga, 18/24 C.P. 1312
Luanda
Tel.: (244) 2 338947 / 335531 / 331660
Fax: (244) 2 333342

Folha 8

Bissemánario
Rua Conselheiro Júlio de Vilhena, 24, 5.º
Apartado 19
C. P. 6527 Luanda
Tel.: (244) 2 391943 / 394077
Fax: (244) 392289
E-mail: wt@ebonet.net / folha8@ebonet.net

Actual

Semanário
Rua Fernando Pessoa, 103-A
Vila Alice
C.P. 6959 Luanda
Tel./ Fax: (244) 2 325791
Website: <http://www.ebonet.net/actual>

Rádios

**RNA
Rádio Nacional de Angola**

Av. Comandante Gika C.P. 1329
Luanda
Tel.: (244) 2 321258 / 326857 / 326313 / 322194 / 326504
Fax: (244) 2 324647
E-mail: rna.dg@netAngola.com
Website: www.rna.ao

Dispõe em Luanda de cinco canais de emissão: o Canal “A”, a Rádio N’Gola Yetu, a Rádio Luanda, a Rádio 5, Rádio FM stereo, e Serviço Internacional. Possui em cada capital uma Emissora Provincial.

VOA - Voz da América

Desde os Estados Unidos, em português.
Website: <http://www.ebonet.net/voa/>

**LAC
Luanda Antena Comercial**

Praceta Luther King, 5 C. P. 3521
Luanda
Tel.: (244) 2 396229 / 395040 / 394989
Fax: (244) 2 396229 / 392528
E-mail: lac@ebonet.net e lac-redacao@ebonet.net
Website: www.ebonet.net/lac

Rádio Ecclesia

Rua Comandante Bula, 118 São Paulo - C. P. 3579
Luanda
Tel.: (244) 2 343041 / 345484

Fax: (244) 2 343093
E-mail: ecclesia@snet.co.ao
Website: <http://ecclesia.snet.co.ao>

Rádio Angola

Website: www.macua.com/radioAngola.html

**Rádio Comercial de
Cabinda**

Cabinda
Tel.: (244) 31 24010 / 24013

**Rádio Morena Comercial
(Benguela)**

Av. Aires de Almeida Santos, 537
Benguela
Tel.: (244) 73 32525 / 33242 / 34244
Fax: (244) 73 32731 c/o ADRA

**Rádio 2000
(Lubango)**

C. P. 145 Lubango
Tel.: (244) 61 23935 / 23937
Fax: (244) 61 23937
E-mail: radio2000@netAngola.com

Televisão

**TPA – Televisão Pública de
Angola, EP**

Av. Ho Chi Min
C. P. 2604 Luanda
Tel.: (244) 2 320025 / 6 / 7 e 320240
Fax: (244) 2 391091
E-mail: tpa.Angola@netAngola.com
Website: www.tpa.ao
